

Invasor no lugar de floresta

Duzentas famílias ocupam o lugar que está reservado para a criação de floresta e querem cortar o mato para plantar

Rovênia Amorim
Da equipe do Correio

Brasília corre o risco de ficar sem a floresta, criada pelo Decreto 1.299, de 10 de junho deste ano. A ameaça parte de duas invasões de sem-terra. Se não forem removidas, não há como reflorestar a área de 9.346 hectares com pinheiros, eucaliptos e árvores típicas do cerrado. Além de insistirem em ficar no local, as mais de 200 famílias avisam que vão derrubar a vegetação já existente para plantar.

“Não há floresta que nos tire daqui. Todos os eucaliptos que estão aqui vão é pro chão na marra. Precisamos plantar”, afirma Darlan Marques Carneiro, 43 anos, presidente da Associação dos Trabalhadores Rurais do 26 de Setembro. São 132 famílias morando em barracos de madeira escondidos entre eucaliptos e pinheiros, na zona rural de

Taguatinga, perto da invasão da Estrutural.

Estão lá desde 26 de setembro de 1996. Foram removidas dos acampamentos das fazendas Grotão, Sarandi e Três Conquistas, em Planaltina, e Recanto da Conquista, em São Sebastião, e levadas para a nova área pelo Governo do Distrito Federal (GDF), com a promessa de serem assentadas. A terra foi dividida em chácaras de 5,5 hectares e distribuídas às famílias. Agora, elas sentem-se no direito de cobrar o pedaço de chão.

É o caso do agricultor Joselito Ferreira Ribeiro, de 37 anos, que integrava o grupo de 55 sem-terra do Recanto da Conquista. Impedido de plantar, ele sustenta os três filhos com a venda de latinas de refrigerante. A mulher Sirleide, de 34, lava e passa roupa para ajudar no orçamento. “A gente sobrevive de migalhas. Mas este ano quero plantar hortaliças.

Não dá mais para esperar. Não sou peteca do governo”, reclama.

Os sem-terra do 26 de setembro ocuparam as chácaras, mas nunca tiveram autorização para cultivar. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama) embargou a fixação do assentamento em 1997, que faz divisa com o Parque Nacional de Brasília. A justificativa era de que causaria sérios danos ambientais às nascentes.

“Qualquer atividade humana naquele local vai ocasionar a exaustão dos recursos hídricos”, sustenta o superintendente do Ibama, Salviano Guimarães. Enquanto a remoção não é feita, as famílias de sem-terra vão agredindo o meio ambiente. Muitos eucaliptos foram derrubados numa área onde já existe erosão. A água é retirada das nascentes e bombeada para as mangueiras que chegam aos barracos.

“Não temos culpa de nos



terem colocado aqui. Fomos iludidos, mas não vou desistir”, diz o pedreiro Domingos Ramos, de 49 anos, que em 1996 foi convidado a virar sem-terra. Morava de aluguel na QR

421 de Samambaia na época e estava desempregado. As condições não são melhores hoje. A família — mulher e dois filhos pequenos — vive da venda de carvão. A madeira, garante, são restos das serralherias.

ACAMPAMENTO

A outra invasão na área da Floresta Nacional de Brasília fica na zona rural de Brazlândia. São cerca de 80 famílias em barracas de lona e plástico, perto da Barragem do Descoberto. O acampamento dos sem-terra foi descoberto este ano, num sobrevôo de helicóptero feito pelo Serviço Integrado de Vigilância do Solo (SivSolo). Ainda não há operação de remoção prevista.

A remoção, no entanto, será

complicada no Assentamento 26 de Setembro. Depois da decepção com o governo anterior, de Cristovam Buarque, os sem-terra jogaram as esperanças no governador Joaquim Roriz. “Não invadimos nada. Fomos assentados aqui e não há lei que nos impeça de morar no meio de uma floresta. Roriz vai entender”, diz o líder sem-terra, Darlan Marques.

Só que Roriz terá de retirá-los da área. O apoio à criação da floresta foi declarado na carta enviada ao ministro do Meio Ambiente José Sarney Filho, em 27 de janeiro. Nem a terra onde está o assentamento pertence mais ao DF. Foi doada à União.

“Foi uma invasão provocada pelo GDF e no Termo de Ajustamento de Conduta, assinado com o Ibama em 4 de maio de 1998, ficou o compromisso de retirar os sem-terra daquela área”, lembra o representante do Ibama no DF, Adelce Queiroz. Ele lembra que o Ibama chegou a liberar no ano passado uma área, na zona rural do PAD-DF, a 50 quilômetros de Brasília pela DF 130 — estrada para Unai (MG), para a remoção. “Só que levaram outras famílias para lá.”

MEMÓRIA

ÁREA JÁ FOI CEMITÉRIO E ASSENTAMENTO

Os mais de mil hectares da área vizinha ao Parque Nacional de Brasília causam polêmica e discórdia não é de hoje. Antes de se tornar floresta por decreto presidencial, foi área de assentamento para os sem-terra, de acordo com o programa de governo da gestão Cristovam Buarque, e foi área reservada a um cemitério, de acordo com os planos da Administração Regional de Taguatinga, também no governo passado.

Em outubro de 1997, quando os sem-terra transformavam a área do Proflora III no assentamento 26 de Setembro e brigavam com outros invasores já instalados no local e com a Administração de Taguatinga para evitar a instalação do cemitério no mesmo lugar, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)

embargava o projeto do assentamento.

A Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, que administrava a área e o projeto, recorreu. Mas a juíza Ivani Silva da Luz, da 2ª Vara Federal do DF, manteve o embargo em março de 1998. Ela acatou os argumentos do Ibama, segundo os quais as 130 famílias de trabalhadores sem-terra estariam causando graves danos ambientais às nascentes de água que abastecem o Parque Nacional de Brasília.

Diante da manutenção do embargo, o Ibama já vislumbrava no início do ano passado a possibilidade de transformar a área numa Floresta Nacional e, portanto, numa unidade de conservação federal. Idéia encampada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, que anunciou a criação da Floresta na área do Proflora III no dia 5 de junho do ano passado, quando se comemora Dia Mundial do Meio Ambiente. O decreto de criação só foi publicado em junho deste ano.

INSTITUTO	
	Documentação
Fonte	CB
Data	27/7/99 3
Class.	96